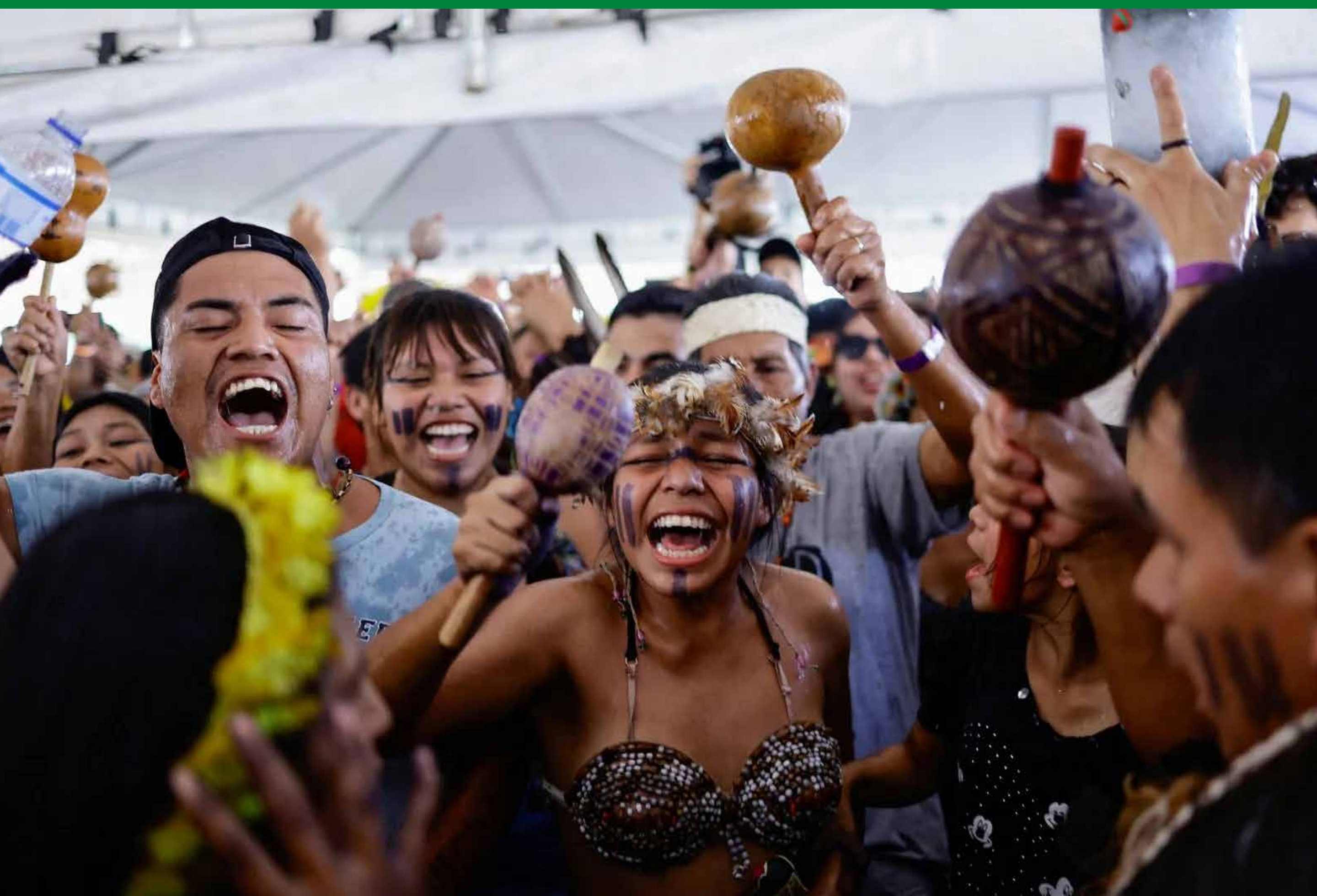


UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

BRASIL ANTES DE CABRAL



Aprovado pelo STF, por 9 votos a favor e 2 contra, o fim do Marco Temporal dos Índigenas que só permitia a demarcação de terras ocupadas por etnias até 5 de outubro de 1988, como define a Constituição. A decisão do STF, no entanto, vai trazer insegurança fundiária no campo – toda terra pode ser reivindicada pelos indígenas – e uma briga jurídica com o Congresso. Tramita no Senado, já aprovado na Câmara, um PL que acata o Marco Temporal. Leia mais nesta edição.



BRASIL

Quinta-feira, 21 de setembro de 2023 - nº 849
Às 19 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Repórter Especial: **Hylda Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes**
Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

O POVO TEM DIREITO A FALAR SOBRE ABORTO

Os senadores da oposição articulados com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, propõem um plebiscito sobre o aborto. A ideia é trazer uma resposta ao STF por meio da sociedade. O líder da oposição, senador Rogério Marinho, já conseguiu as 27 assinaturas para dar entrada no requerimento da consulta popular. A presidente do Supremo, Rosa Weber, pautou para amanhã 22 o julgamento da ação que trata da descriminalização do aborto. Leia mais nesta edição.

SALLES: 'MST É UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA'

O relator da CPI que investiga o Movimento Sem Terra (MST), Ricardo Salles (PL-SP), apresentou hoje seu relatório final. nesta quinta-feira (21/9). O relatório de 88 páginas classifica o MST como “organização criminosa, desperdício de dinheiro e acobertamento estatal”. E pediu o indiciamento do o ex-ministro do GSI Gonçalves Dias, do dissidente do movimento, José Rainha, e do diretor do Instituto de Terras de Alagoas, Jaime Mesias Silva.

GLEISI QUER O FIM DA JUSTIÇA ELEITORAL

Já a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu o fim da Justiça Eleitoral e criticou muitas aplicadas a partidos. Na visão da petista, as multas aplicadas pelos tribunais eleitorais não são “exequíveis”. Segundo ela, “isto inviabiliza os partidos. Não podendo haver uma Justiça Eleitoral, que é um absurdo e custa três vezes mais do que o financiamento de campanha”.

GOVERNO QUER AUMENTAR COTAS

O primeiro escalão do governo Lula vai propor aumento de 20% para 30% no percentual de vagas de concursos públicos destinadas a candidatos pretos ou pardos. A medida, formulada em formato de projeto de lei, será enviada ao Congresso Nacional nas próximas semanas.

GUERRA DA UCRÂNIA CANSOU O OCIDENTE

Em visita aos Estados Unidos com o objetivo de conseguir mais suporte à Ucrânia na guerra contra a Rússia, o presidente ucraniano Volodimir Zelenski enfrenta uma fadiga entre aliados e políticos relacionado ao apoio na guerra. O líder se reuniu hoje com senadores e deputados no Capitólio em meio ao crescente questionamento dos americanos sobre a eficácia da contraofensiva ucraniana e viu, durante a viagem, a Polônia anunciar que não iria enviar novos fornecimentos de armas ao país na guerra.

Postado em www.opoder.com.br

JABOATÃO TEM CRECHE POR TODO LADO.



**CLIQUE AQUI
E SAIBA MAIS**



PREFEITURA DO
JABOATÃO
DOS GUARARAPES



MARCO TEMPORAL

STF DECIDE QUE A TERRA É DOS INDÍGENAS



O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria hoje para derrubar a tese do marco temporal com o voto do ministro Luiz Fux. A Corte foi contra a proposta que diz que povos indígenas só poderiam reivindicar terras que ocupavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. O resultado final, no entanto, deve determinar o futuro de mais 300 territórios ocupados por povos originários

em todo o País. E instalar a insegurança fundiária no campo, embora qualquer área do país possa ser reivindicada mais tarde pelos indígenas.

CONGRESSO PODE DERRUBAR DECISÃO

O relator do marco temporal no Senado, Marcos Rogério (PL-



-RO) disse que a decisão do STF não impede que o Congresso Nacional dê continuidade às discussões do Projeto de Lei 2903/2023 e, se aprovado, modifique a legislação vigente.

NÃO HÁ EFEITO VINCULANTE

Segundo o senador, não há “efeito vinculante” entre a decisão judicial e a legislação que tramita na Casa. “As decisões judiciais não impedem que o Parlamento inove, modifique a legislação. Não tem efeito vinculante. Mas nada impede que futuramente o Supremo também julgue a constitucionalidade desta lei”, afirmou o parlamentar.

POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO PARA QUEM TEVE 'BOA FÉ'

Apesar da posição que deve ser consolidada contra a tese, os ministros do STF ainda vão decidir sobre o alcance da decisão. Entre os votos proferidos, está a possibilidade de indenização de particulares que adquiriram terras de “boa-fé”. Pelo entendimento, a indenização por benfeitorias e pela terra nua valerá para proprietários que receberam do governo títulos de terras que deveriam ser consideradas como áreas indígenas.

NEGOCIAR EXPLORAÇÃO DAS TERRAS

Em outro ponto, o ministro Dias Toffoli abriu a possibilidade de exploração mineral e de lavouras dentro das terras indígenas, mediante aprovação de uma lei pelo Congresso e a autorização dos indígenas. Com isso, fica mais fácil a negociação comercial com os povos originários do que com os produtores rurais.

DESCRIMINALIZAR O ABORTO

O POSIÇÃO PROPÕE PLEBISCITO SOBRE O ABORTO



O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL), conseguiu as 27 assinaturas necessárias para propor um plebiscito sobre o aborto. A iniciativa deve ser apresentada na próxima semana. Para que um plebiscito seja convocado, é necessária a promulgação de um Decreto Legislativo com apoio de um terço dos senadores - ou seja, 27.

DECISÃO SÓ DO STF

A proposta é uma resposta à decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, que agendou para amanhã, o início do julgamento que pode descriminalizar a interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação. Atualmente, o aborto só é permitido por lei em casos de estupro, anencefalia e risco de vida da gestante.

ASSUNTO SEM DISCUSSÃO

O tema deveria estar sendo analisado pelo Congresso Nacional. E a questão debatida em muitos fóruns, além do Legislativo. Uma vez pesquisas apontaram que 70% da população brasileira se posicionam contra o aborto.

Postado em www.opoder.com.br

SEMINÁRIO PERNAMBUCO EM DESENVOLVIMENTO

ELABORANDO AÇÕES PARA UM PERNAMBUCO MAIS PRÓSPERO

PARTICIPAÇÕES:



JOÃO
RECENA



MAURÍCIO
PINA



MOZART
NEVES



MURILO
CAVALCANTI



SÉRGIO
BUARQUE



TEREZA
CAMPOS



DATA: 25.09
9H30 ÀS 12H30



LOCAL:

Auditório do Sebrae
R. Tabaiaras, 360 - Ilha
do Retiro, Recife - PE.

BAIXA NA SELIC POUCO REDUZ OUTRO JUROS



A redução da taxa Selic (juros básicos) para 12,75% ao ano, decidida pelo Banco Central, barateará pouco o crédito e as prestações, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Com o impacto na ponta final diluído, por causa da diferença muito grande entre a taxa básica e os juros efetivos de prazo mais longo, o tomador de novos empréstimos sentirá pouco os efeitos do afrouxamento monetário.

DIFERENÇA MUITO POUCA

Segundo a Anefac, o juro médio para as pessoas físicas passará de 124,76% para 123,75% ao ano. Para as pessoas jurídicas, a taxa média sairá de 60,97% para 60,23% ao ano. A Selic passou de 13,25%

para 12,75% ao ano. No financiamento de uma geladeira de R\$ 1,5 mil em 12 prestações, o comprador desembolsará R\$ 0,39 a menos por prestação e R\$ 4,65 a menos no valor final com a nova taxa Selic. O cliente que entra no cheque especial em R\$ 1 mil por 20 dias pagará R\$ 0,27 a menos.

BB E CAIXA COM CONSIGNADO MAIS BARATO



O Banco do Brasil e a Caixa Econômica anunciaram a redução das taxas de juros de diversas linhas de crédito ofertadas pelos bancos. Entre as principais linhas beneficiadas está a de crédito consignado, com destaque para o do INSS no BB. Além disso, a Caixa estendeu o prazo de pagamento da linha de capital de giro para micro e pequenas empresas em até 60 meses.

LADEIRA A BAIXO

Seguindo a trajetória de queda dos últimos meses, a arrecadação de impostos somou R\$ 172,785 bilhões em agosto. O resultado representa menos 4,14% na comparação com o resultado de agosto do ano passado, quando o recolhimento de tributos somou R\$ 172,314 bilhões, em termos nominais. Este é o terceiro mês consecutivo de queda na arrecadação federal. Em relação a julho deste ano, a arrecadação desabou 14,59%. De acordo com a série histórica da Receita, esse é o pior resultado para agosto desde 2021.

MAIS GADO DO QUE GENTE: 234,4 MILHÕES DE CABEÇAS



O IBGE divulgou hoje a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) referente ao ano de 20-

22. Entre os recordes registrados pela pecuária brasileira no período, está o da quantidade de cabeças de gado no país. Em 2022, o Brasil terminou com 234,4 milhões animais, um crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior. Mato Grosso é o maior estado produtor, com 34,2 milhões de cabeças – 14,6% do total nacional. De acordo com o último censo demográfico do IBGE, o Brasil tinha 203.062.512 habitantes em 2022. Logo, a população de gado no país é 15% maior que a humana.

NÔMADES DIGITAIS



O trabalho à distância criou os chamados "nômades digitais", trabalhadores sem endereço fixo. As estimativas mais recentes mostram que, nos Estados Unidos, eles já são quase 17 milhões de pessoas: um aumento de 131% em relação a 2019, antes

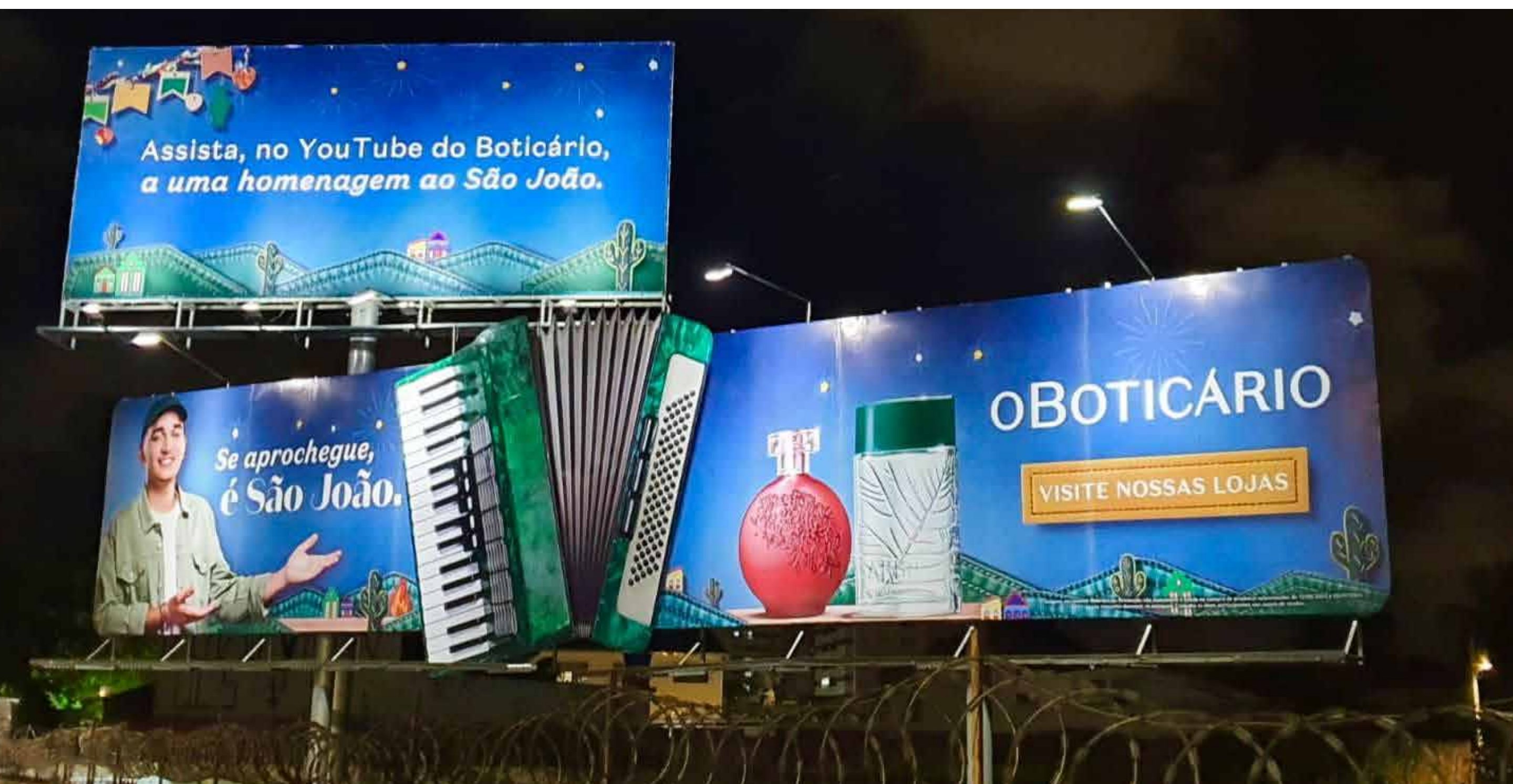
da Covid-19. No mundo, os nômades digitais já somam 35 milhões e a estimativa é que cheguem a 1 bilhão em 2035.

TRANSFORMAM CIDADES

O fenômeno está transformando algumas cidades. A Cidade do México, capital mexicana, fez uma parceria com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para ser promovida como um centro global para trabalhadores remotos e capital do turismo criativo. O resultado foi que, em três anos, o número de habitações temporárias na cidade triplicou.

NOITE MEMORÁVEL

BANDEIRANTES BRILHA EM NOITE DE PREMIAÇÃO



Dia 20/9 foi uma noite memorável para Bandeirantes Mídia Exterior. A empresa foi premiada 3 vezes no 22º Prêmio da Central de Outdoor no Hotel Renaissance em São Paulo. Confira a seguir:

CATEGORIA OUTSIDE

OURO: Boticário pela Agência Ideia3, com Projeto Especial sanfona para o São João.

PRATA: Brilux pela Agência BG9 com Projeto Especial Simplifica.

CATEGORIA DIGITAL OOH

OURO: Trident pela Agência Leo Burnett e planejamento Chicoooh.

AGRADECIMENTO

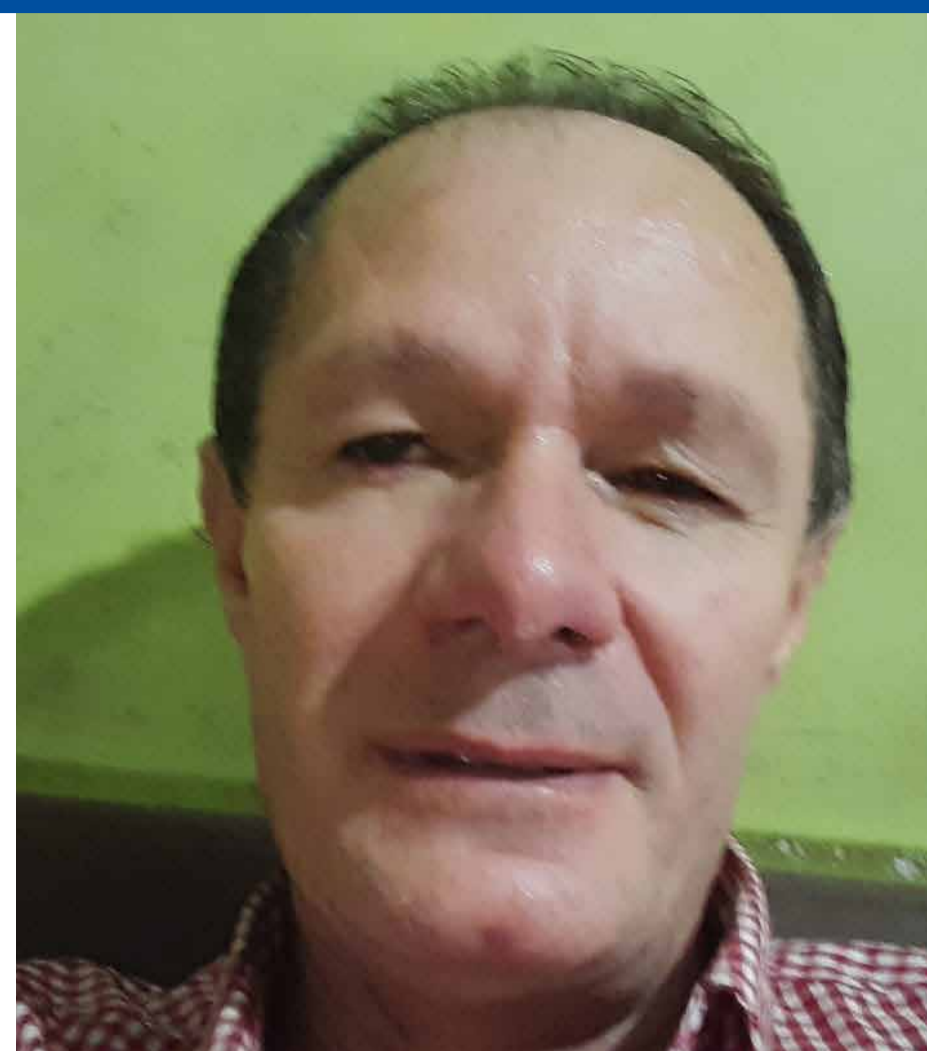
"Nós da Bandeirantes, agradecemos à todos os parceiros e clientes que acreditaram no nosso trabalho. À nossa equipe super talentosa que se destaca sempre em realizar os projetos mais ousados e sempre buscar oferecer a melhor qualidade e entrega ao mercado.

Somos só gratidão!

Esse reconhecimento dá ânimo para acreditar que podemos driblar os obstáculos e quem sabe duplicar os 67 anos de existência da empresa. Obrigada!". Fala de Mauro Santos, diretor da empresa em nome de toda a direção e equipe.

Postado em www.opoder.com.br

VENEZIANO FALA SOBRE PERDAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS



Ao participar de audiência com o Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o Presidente em exercício do Senado, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), tratou da tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP136/2023), que prevê recomposição de perdas para Estados e municípios. A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada e, agora, será apreciada no Senado.

O PROJETO

O projeto garante a compensação de R\$ 27 bilhões da União para Estados e o Distrito Federal em razão do corte do ICMS incidente sobre combustíveis, feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no ano passado, no período pré-eleitoral.

O DESCONTO

O desconto se manteve de junho a dezembro de 2022. Também prevê transferências ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) para recuperar perdas de 2023 em relação a 2022. “Estivemos tratando sobre o Projeto de Lei Complementar que recompõe as perdas estaduais em relação à desoneração dos combustíveis do ano passado e sobre as previsões de recomposição de FPM dos Municípios”, declarou Veneziano, ao final do encontro.

ESTRATÉGIAS

O Senador paraibano disse que tratou com o Ministro Padilha, sobretudo, de estraté-

gias para que a votação ocorra o mais breve possível, considerando a necessidade urgente de recomposição para os Estados e municípios. “Essa matéria saiu da Câmara, está no Senado, e eu vim tratar sobre a mais breve apreciação do Senado, para que essa matéria, em sendo aprovada, já no início de outubro a gente possa ter as transferências”.

Postado em www.opoder.com.br

COMISSIONADOS NA JUSTIÇA

ALCKMIN AUTORIZA MAIS 600 CARGOS

Hylda Cavalcanti

Como nos últimos tempos vários juizes, principalmente na esfera da Justiça Federal, reclamaram formalmen-



te durante uma pesquisa que “trabalham muito e ganham pouco”, hoje (21/09) muitos deles devem estar felizes. Foram sancionadas, pelo presidente da República em

exercício Geraldo Alckmin, duas leis que criaram mais funções comissionadas no quadro de pessoal. As novas normas não contemplam a Justiça Federal, é verdade, mas o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E, dessa forma, abrem brechas para autorizações semelhantes em outras cortes.

MAIS PODER

Se por um lado não representam aumento de remuneração, conferem mais poder aos julgadores, uma vez que criam, no total, quase 600 novos cargos entre funções comissionadas e cargos de analista e técnico no quadro de pessoal dos dois órgãos, para ajudar nos trabalhos jurisdicionais.



DE ACORDO

A primeira, cria 484 funções comissionadas no TJDFT. O projeto que lhe deu origem foi aprovado pelo Congresso em agosto passado e pouco divulgado. Estabelece que “as despesas decorrentes das con-

tratações deverão estar de acordo com as dotações orçamentárias destinadas ao tribunal”.

GABINETES DE JUÍZES

As funções comissionadas serão destinadas às áreas de assessoramento de gabinetes de juízes, de varas e juizados e apoio administrativo, inclusive para centros judiciários de solução de conflitos. O TJDF estimou em R\$ 1 milhão por ano o custo das novas funções.

RELEVÂNCIA

Já em relação ao CNJ, o número de cargos a ser criado é infinitamente menor, mas também relevante



em se tratando de um órgão que cuida do controle e acompanhamento do Judiciário. A lei sancionada cria 70 cargos no total, sendo 20 funções comissionadas para analista judiciário e 50 para os cargos de técnico judiciário.

GRADATIVA

A criação dos 50 cargos no CNJ, conforme

o texto, será gradativa, entre 2023 e 2026, seguindo um roteiro previsto. Já as funções comissionadas serão implementadas a partir deste ano, desde que haja autorização orçamentária. O impacto orçamentário para o provimento foi calculado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em torno de R\$ 1,3 milhão para 2023 e o dobro disso para cada um dos anos seguintes. A estimativa para o preenchimento das funções gira em torno de R\$ 831 mil ao ano.

Postado em www.opoder.com.br

ACUSAÇÃO DE MAURO CID

BOLSONARO NEGA ACUSAÇÃO DE GOLPISTA



Após a divulgação do suposto conteúdo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje que “jamais tomou qualquer atitude que afrontasse os limites e garantias estabelecidas pela Constituição e, via de efeito, o Estado Democrático de Direito”.

DELAÇÃO NÃO CONFIRMADA

A manifestação ocorre após a imprensa noticiar que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro teria afirmado, em delação premiada à Polícia Federal, que o ex-presidente se reuniu com a cúpula das Forças Armadas e ministros no ano passado, com o tema intervenção militar em pauta. Em nota, a defesa de Mauro Cid afirma que não confirma o conteúdo das delações, uma vez que elas são sigilosas.

NAS QUATRO LINHAS DA CONSTITUIÇÃO

“A defesa do Presidente Jair Bolsonaro, diante das notícias veiculadas pela mídia na data de hoje sobre o suposto conteúdo de uma colaboração premiada, esclarece que “durante todo o seu governo jamais compactuou com qualquer movimento ou projeto que não tivesse respaldo em lei, ou seja, sempre jogou dentro das quatro linhas da Constituição Federal”, diz a nota divulgada à imprensa.

DEFESA DO EX-PRESIDENTE SEM ACESSO AO CASO

Os advogados de Bolsonaro defenderam ainda que pretendem adotar “medidas judiciais cabíveis contra toda e qualquer manifestação caluniosa, que porventura extrapolem o conteúdo de uma colaboração que corre em segredo de Justiça, e que a defesa sequer ainda teve acesso”.

Postado em www.opoder.com.br

**POPULAÇÃO
DE RUA**

*Hylda
Cavalcanti*

**GOVERNO
FAZ GUIA DE
ATENDIMENTO**



Equipes do Executivo Federal estão elaborando um guia com orientações para capacitação e atendimento à população em situação de rua, que inclui técnicas e práticas na condução de um trabalho humanizado. As regras, conforme informações da Secretaria de Comunicação do Governo, incluirão avaliações de riscos de desatenção, exclusão ou tratamento ina-

dequado a esse público em todos os estados, assim como sugestões para políticas públicas que ajudem a combater a questão. Estima-se, hoje, que 281,4 mil pessoas vivem nessas condições no Brasil.

PARCERIA



O trabalho consiste numa parceria inicial do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania com a o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que também contará com a ajuda técnica de outras pastas até a sua conclusão. A intenção, conforme informaram técnicos do ministério, é de que o “guia”, como está sendo inicialmente chamado, seja dirigido a agentes das áreas de assistência, saúde, educação e segurança, embora não fique restrito a esses profissionais.

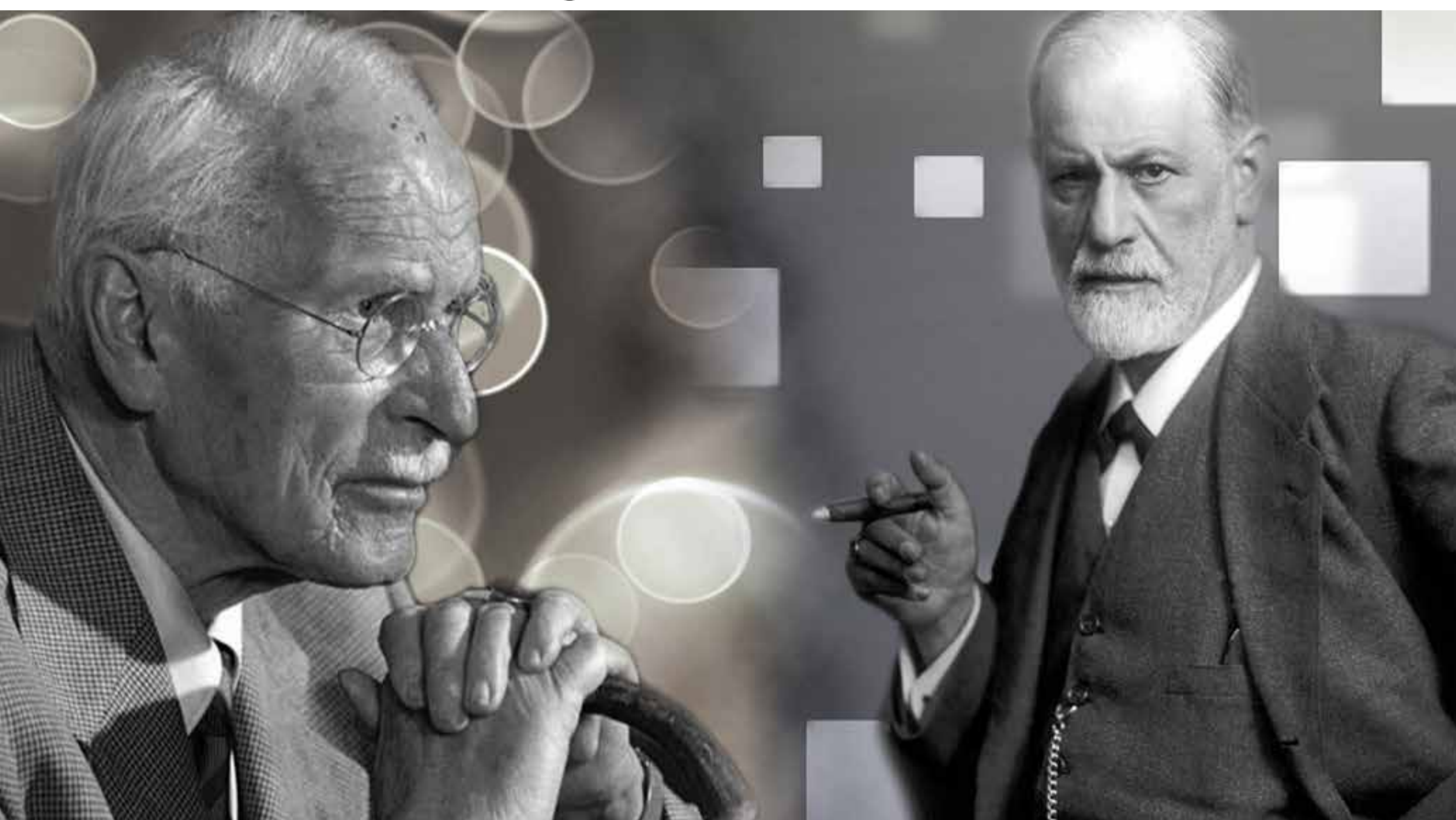
ROMPER CICLOS

"São para os agentes que têm o dever de romper ciclos de violências, atuar com ética e respeito pela promoção dos direitos humanos e da cidadania", diz o texto de apresentação. O guia trata também das situações adversas para essa população, como a chamada "arquitetura hostil", que são construções que resultam em segregação social, como a presença de pontas de ferro ou estruturas de cimento em locais públicos - para evitar a presença de pessoas em situação de rua. E também o combate à aporofobia (nome designado para quem tem fobia ou repulsa por pessoas pobres).

RELIGIÃO E PSICANÁLISE

Carlos André Cavalcanti

Historiador da UFPB e pós-doutor
em Ciências da Religião



A relação entre estes dois assuntos costuma entrar em pauta dentro de polêmicas. A recente publicação do livro “Que Bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério”, de Natália Pasternak e Carlos Orsi, reacendeu esta polêmica velha e ultrapassada. Aliás, este é um livro que nasce ultrapassado. Se há uma percepção de ciência

nos seus autores, o atual contexto científico já dificulta até reconhecê-la. É um livro que chega com sabor de 100 anos atrás, pois acusar a Psicanálise de não ser ciência é coisa do passado. É jogar para a torcida e não para o jogo.

FREUD E JUNG

No entanto, como não achamos necessário resenhar tal publicação, nosso assunto aqui é outro. No próprio meio psicanalítico, as vivências religiosas são percebidas de maneiras diferentes pelas diferentes correntes. Escolhemos Sigmund Freud e Carl Jung para ilustrarmos este tema. Freud era um judeu ateu. Jung era um cristão que acreditava à sua maneira. Seus métodos convergem em muitos pontos, mas divergem em outros tantos. Em termos de religião, a posição pessoal de cada um não repercute em censura ou idolatria. À rigor, ambas as correntes recebem analisando teístas e ateístas. A diferença está nas teorias.

ACREDITA EM DEUS?

Freud considerava o Deus revelado uma cria-

ção humana. Jung, perguntado se acreditava em Deus, respondeu: “eu não creio, eu sei”. Como o debate está empobrecido e o livro de Pasternak só o empobreceu mais ainda, devemos afirmar que a posição sobre a existência ou não de Deus não resume a posição de alguém sobre religião. Religião é muito mais que isso. E também devemos afirmar que as diferenças de percepção na psicanálise não impedem a percepção da religião como problema! Psicanálise é muito mais que isso.

EM QUE SÉCULO ESTAMOS?

No século 19, este debate poderia ser tido como atual. Hoje, porém, este é um debate com cheiro de mofo. Entro nele para repudiá-lo. Olhar a religião de forma simplista costuma ser a fuga dos que não estudaram a literatura científica sobre religião... Quanto mais se percebe sua complexidade mais se pode combater suas muitas intolerâncias e extravagâncias. Negar a religião enquanto fenômeno é como negar o ar que se respira. O fenômeno religioso é da condição humana, desespera-

da diante da morte inelutável e criadora de eufemismos para suportar o caos. Sem transcendência não há esperança. Nem toda transcendência, porém, precisa da figura de um deus. Só isso, já recolocaria o debate!

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

